



**Russell Bedford**

*taking you further*

# **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. AGERIO**

Relatório de revisão das demonstrações contábeis do  
Conglomerado Prudencial

Referente ao primeiro semestre do exercício de  
2019

14 de novembro de 2019.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem.

## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Aos**

**Diretores e aos Acionistas da**

**AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A - AgeRio**  
**Rio de Janeiro – RJ**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.** (“Agência” ou “AgeRio”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e outras notas explicativas. Essas demonstrações contábeis de propósito especiais foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritos na nota explicativa n.º 2.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial da Agência em 30 de junho de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especiais, conforme descrito na nota explicativa n.º 2 às referidas demonstrações.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Agência e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase

### **Base de elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa n.º 2 às referidas demonstrações contábeis que divulga que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial da Agência foram elaboradas pela Administração da Agência para cumprir os requisitos da Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares da Agência.

Conseqüentemente o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

### **Outros assuntos**

A Agência elaborou um conjunto de demonstrações contábeis para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificações em 15 de agosto de 2018.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

A administração da Agência é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas na nota explicativa n.º 2, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Agência de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Agência e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Agência e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.



## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais - Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Agência e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Agência e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria



para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Agência e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de novembro de 2019.

RUSSELL BEDFORD BRASIL  
Maciel Auditores S/S  
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP



Luciano Gomes dos Santos  
Contador 1 CRC RS 59.628/O-2  
Sócio Responsável Técnico

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A  
BALANÇO PATRIMONIAL CONGLOMERADO PRUDENCIAL - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

	R\$ mil			R\$ mil	
	2019	2018		2019	2018
<b>CIRCULANTE</b>	<b>159.472</b>	<b>333.377</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>40.801</b>	<b>45.735</b>
DISPONIBILIDADES	6	24	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	20.220	21.443
Caixa	2	2	BNDÉS	8.135	9.598
Bancos	4	22	Finame	2.187	3.684
			FINEP	9.898	8.161
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	87.987	270.489	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	10	5
Cotas de Fundos de Investimentos	1.473	6.719	Instrumentos Financeiros Derivativos	10	5
Letras do Tesouro Nacional	86.498	262.811			
LFT	-	766	OUTRAS OBRIGAÇÕES	20.571	24.287
Vinculados à Prestação de Garantias	-	192	Cobrança e Arrecadação de Tributos	14	13
Instrumentos Financeiros Derivativos	16	1	Sociais e Estatutárias	2.700	10.000
			Fiscais e Previdenciárias	5.482	4.141
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	39.053	35.307	Diversas	12.375	10.133
Operações de Crédito	49.828	42.431	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>42.165</b>	<b>48.852</b>
- Setor Privado	44.953	37.688	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	42.165	48.852
- Setor Público	4.875	4.743	BNDÉS	8.118	16.017
(Provisão para Operações de Crédito)	(10.775)	(7.124)	Finame	2.156	4.341
			FINEP	31.891	28.494
OUTROS CRÉDITOS	9.820	4.261	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>477.622</b>	<b>466.381</b>
Diversos	9.820	4.261	CAPITAL SOCIAL	468.949	453.101
			Capital Social	468.949	453.101
OUTROS VALORES E BENS	22.608	23.296	RESERVAS DE LUCROS	3.420	8.194
Bens não de Uso Próprio	28.729	29.029	LUCROS ACUMULADOS	5.253	5.086
Impairment de Bens não de Uso	(6.664)	(6.218)			
Despesas Antecipadas	543	485			
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>388.654</b>	<b>212.814</b>			
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	283.000	119.435			
Notas do Tesouro Nacional	190.231	1.623			
LFT	57.553	91.020			
Vinculados à Prestação de Garantias	509	-			
Cotas de Fundos em Participação	34.707	26.792			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	105.654	93.379			
Operações de Crédito	127.637	114.816			
- Setor Privado	114.975	99.097			
- Setor Público	12.662	15.719			
(Provisão para Operações de Crédito)	(21.983)	(21.437)			
<b>PERMANENTE</b>	<b>12.462</b>	<b>14.777</b>			
IMOBILIZADO DE USO	3.821	4.872			
Edificações	8.865	8.865			
Instalações	6	6			
Móveis e Equipamentos	917	876			
Sistema de Comunicação	42	33			
Equipamento de Processamento de Dados	1.985	1.962			
Depreciações Acumuladas	(7.994)	(6.870)			
INTANGÍVEL	8.641	9.905			
Licença de Uso de Software	14.231	14.197			
Amortização Acumulada	(5.590)	(4.292)			
<b>TOTAL</b>	<b>560.588</b>	<b>560.968</b>	<b>TOTAL</b>	<b>560.588</b>	<b>560.968</b>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

**AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A**  
**CNPJ:05.940.203/0001-81**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO**

	<b>R\$ mil</b>	<b>R\$ mil</b>
	<b>PRIMEIRO</b>	<b>PRIMEIRO</b>
	<b><u>SEMESTRE</u></b>	<b><u>SEMESTRE</u></b>
	<b><u>2019</u></b>	<b><u>2018</u></b>
<b>RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b><u>25.748</u></b>	<b><u>19.387</u></b>
Receita de Operações de Crédito	7.370	7.186
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	18.347	12.196
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	31	5
<b>DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b><u>(2.363)</u></b>	<b><u>(1.777)</u></b>
Despesa de Captação – Finame / BNDES	(1.556)	(1.777)
Provisão para Operações de Crédito	(807)	0
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b><u>23.385</u></b>	<b><u>17.610</u></b>
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b><u>(13.299)</u></b>	<b><u>(11.269)</u></b>
Receita de Prestação de Serviços	7.125	6.637
Despesa de Pessoal	(14.731)	(13.423)
Outras Despesas Administrativas	(4.151)	(3.895)
Despesas Tributárias	(1.694)	(1.448)
Outras Receitas Operacionais	160	868
Outras Despesas Operacionais	(8)	(9)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b><u>10.085</u></b>	<b><u>6.341</u></b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>(266)</b>	<b>1.999</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/LUCRO E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>9.819</b>	<b>8.339</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b><u>(4.290)</u></b>	<b><u>(2.986)</u></b>
Provisão para Imposto de Renda	(2.645)	(1.625)
Provisão para Contribuição Social S/ o Lucro	(1.645)	(1.361)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE</b>	<b><u>5.529</u></b>	<b><u>5.353</u></b>
por ação do capital social	<u>0.03</u>	<u>0.03</u>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - em R\$ mil**

CONTAS	CAPITAL SOCIAL	DE LUCROS		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAIS
		LEGAL	OUTRAS		
SALDOS EM 31/DEZ/17	453.101	2.079	5.848	-	461.028
Lucro Líquido do Semestre				5.353	5.353
Destinações					
Constituição de Reservas		267		(267)	-
SALDOS EM 30/JUN/18	453.101	2.346	5.848	5.086	466.381
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	267	-	5.086	5.353
SALDOS EM 31/DEZ/18	468.949	2.132	1.012	0	472.093
Lucro Líquido do Semestre				5.529	5.529
Destinações					
Constituição de Reservas		276		(276)	-
SALDOS EM 30/JUN/19	468.949	2.408	1.012	5.253	477.622

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A

CNPJ:05.940.203/0001-81

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO (MÉTODO INDIRETO)

	R\$ mil	
	PRIMEIRO SEMESTRE/2019	PRIMEIRO SEMESTRE/2018
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
LUCRO LÍQUIDO	5.529	5.353
Ajustado por:		
Desvalorização de Outros Valores e Bens	446	508
Depreciações e Amortizações	1.217	1.212
Provisão para Perdas c/Operações de Crédito	807	(312)
Reversão de Provisão Passivo Contingente	-	(3)
<b>LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO</b>	<b>7.999</b>	<b>6.758</b>
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES</b>	<b>(1.082)</b>	<b>(1.023)</b>
Redução (aumento) em Títulos Valores Mobiliários	10.005	(5.834)
Redução (aumento) em Operações de Crédito	(12.656)	1.957
Redução (aumento) em Outros Créditos	(2.682)	5.600
Aumento (redução) em Instrumentos Financeiros Derivativos	9	5
Redução (aumento) em Outros Valores e Bens	195	1.274
(Redução) aumento em Outras Obrigações	4.047	(4.025)
Ajuste de exercícios anteriores	-	-
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>6.917</b>	<b>5.735</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Aquisição de Imobilizado de Uso e de Arrendamento	(11)	(13)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(11)</b>	<b>(13)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Aumento (Redução) em Obrigações p/Empréstimos e Repasses	(6.905)	(5.742)
<b>CAIXA LIQUIDO PROVENIENTE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>(6.905)</b>	<b>(5.742)</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA OU EQUIVALENTE A CAIXA</b>	<b>1</b>	<b>(20)</b>
<b>MODIFICAÇÃO DO CAIXA OU EQUIVALENTE DE CAIXA</b>		
Caixa ou Equivalente a Caixa Início Período	5	44
Caixa ou Equivalente a Caixa Final Período	6	24
<b>AUMENTO(REDUÇÃO) CAIXA OU EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>1</b>	<b>(20)</b>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

---

**AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
EM 30 DE JUNHO DE 2019  
(Em reais mil)**

**NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. - AgeRio é uma instituição financeira de capital fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, com personalidade jurídica de direito privado, autorizada pela Lei Estadual nº 3.517 de 27 de dezembro de 2000, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 32.376 de 12 de dezembro de 2002 e constituída por meio da Ata de Assembleia de Constituição, realizada em 13 de dezembro de 2002. A Instituição iniciou suas atividades operacionais em 30 de setembro de 2003, quando teve seu funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil.

As operações da AgeRio são regulamentadas pela Resolução CMN n.º 2.828, de 30 de março de 2001, e alterações editadas pelo Banco Central do Brasil.

Em 6 de dezembro de 2004, com a publicação do Decreto Estadual nº 36.703/04, a Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. teve ampliada sua autonomia na gestão administrativa, financeira e operacional, assim como de seus recursos, com vistas à efetiva consecução de seus objetivos sociais.

A Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. – AgeRio, empresa vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais, tem por finalidade contribuir para a consecução da política de apoio financeiro a empreendimentos geradores de emprego, renda ou incremento da atividade produtiva nos setores industrial, turístico, de agricultura, inclusive, familiar individual e coletiva, de comércio e de serviços, implantados ou que venham a se implantar no Estado do Rio de Janeiro.

Além da concessão de financiamento com recursos próprios e de repasses de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e da Financiadora de Estudos e Pesquisa – FINEP de acordo com o programa INOVACRED, a AgeRio atua como Agente Financeiro do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social – FUNDES e administradora do Fundo de Recuperação Econômica de Municípios Fluminenses – FREMF e do Fundo Estadual de Fomento ao Microcrédito Produtivo Orientado para Empreendedores – FEMPO. Apoia, também, investimentos no Estado através da participação acionária indireta.

**NOTA 2 – BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

## 2.1 Declaração de conformidade e base de mensuração

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas com o propósito específico de atender às determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil por meio das Resoluções CMN n.º 4.280, de 31.10.2013, CMN n.º 4.517, de 24.08.2016, e da Circular Bacen n.º 3.701, de 13.03.2014, que determinam o escopo de consolidação, restringindo-se às instituições financeiras e assemelhadas, não devendo assim serem confundidas com o conjunto de demonstrações contábeis consolidadas para fins gerais “Demonstrações Contábeis Consolidadas Societárias”, as quais foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do CMN, do Bacen e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

Essas demonstrações contábeis consolidadas contemplam as operações da AGERIO, e do fundo de investimentos financeiros dos quais a empresa do Conglomerado é única beneficiária e detentora das principais obrigações (FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA AGERIO RENDA FIXA).

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são:

	<b>Pronunciamento Técnico</b>	<b>Data da Divulgação</b>	<b>IASB</b>	<b>BACEN Resolução CMN</b>
CPC 00 (R1)	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil Financeiro	15/12/11	Framework	4.144/12
CPC 01 (R1)	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	07/10/10	IAS 36	3.566/08
CPC 02 (R2)	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	07/10/10	IAS 21	4.524/16
CPC 03 (R2)	Demonstração dos Fluxos de Caixa	07/10/10	IAS 7	3.604/08
CPC 04 (R1)	Ativo Intangível	02/12/10	IAS 38	4.534/16
CPC 05 (R1)	Divulgação sobre Partes Relacionadas	07/10/10	IAS 24	3.750/09
CPC 10 (R1)	Pagamento Baseado em Ações	16/12/10	IFRS 2	3.989/11
CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	16/09/09	IAS 8	4.007/11
CPC 24	Evento Subsequente	16/09/09	IAS 10	3.973/11
CPC 25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	16/09/09	IAS 37	3.823/09
CPC 27	Ativo Imobilizado	31/07/09	IAS 16	4.535/16

CPC 33 (R1)	Benefícios a Empregados	13/12/12	IAS 19	4.424/15
-------------	-------------------------	----------	--------	----------

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a AgeRio como entidade controladora consolidou suas demonstrações financeiras com as do fundo de investimento exclusivo, somando os saldos de itens de mesma natureza, e eliminando o efeito de eventuais transações entre as entidades envolvidas. As demonstrações consolidadas foram elaboradas utilizando-se políticas contábeis uniformes para transações e eventos similares.

A AgeRio possui participação de 100% no “Fundo de Investimento Caixa AgeRio Renda Fixa”, cujo patrimônio líquido em 30 de junho de 2019 é de R\$ 278.759 (R\$ 265.380 em 2018) e o resultado do exercício R\$ 8.825 (R\$ 8.024 em 2018).

Em 13 de novembro de 2019, a Diretoria Executiva aprovou as presentes demonstrações contábeis.

## 2.2 Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o Real. As demonstrações contábeis estão apresentadas nesta moeda, excluídos os centavos, exceto quando indicado de outra forma.

## NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltamos:

### a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

### b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis, faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Assim, as Demonstrações Contábeis da Instituição contemplam estimativas referentes à seleção da vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisão para passivos contingentes e às Provisões para Perdas com Operações de Créditos, sendo estas últimas calculadas conforme normas específicas do Banco Central e provisões adicionais, em montantes definidos pela administração com base em eventos que possam ocorrer no futuro e que venham a comprometer a liquidez da carteira de crédito. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Instituição revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

### c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução 3.604/08, do Conselho Monetário Nacional – CMN incluem caixa e depósitos bancários.

#### **d) Títulos e Valores Mobiliários**

São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais são reconhecidos no resultado do exercício. Os títulos são para negociação imediata e/ou mantidos até o vencimento. A Circular n.º 3.068/01 – BACEN que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às agências de fomento.

A AgeRio vem investindo em Fundos de Investimentos em Participações (FIP) no setor de biotecnologia e tecnologia da Informação, tendo em vista seus objetivos estatutários e sociais, cujo reconhecimento dos rendimentos auferidos, inclusive os apurados conforme Instrução CVM nº 579/2016, tem como contrapartida o resultado da AgeRio.

#### **e) Instrumentos Financeiros Derivativos**

De acordo com a Instrução CVM nº 577 de 07 de julho de 2016 e regulamentações posteriores, as operações com instrumentos financeiros derivativos são registradas da seguinte forma:

I. Na data da operação

Os instrumentos financeiros derivativos são registrados em contas de ativo ou passivo de acordo com as características do contrato.

II. Diariamente

Ajustados pelo valor de mercado dessas operações, sendo os seus ganhos e perdas reconhecidos no resultado, nas rubricas “Ganhos com derivativos” e “Perdas com derivativos”.

#### **f) Operações de crédito e provisão para perdas em operações de crédito**

##### **f.1) Operações de crédito**

As operações de crédito estão registradas ao valor do principal, incorporando rendimentos e encargos auferidos até a data do balanço, em razão da fluência dos prazos. Os rendimentos de operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias são apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso.

Todas as operações de crédito estão classificadas observando os parâmetros estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 2.682/99 e 2.697/00, a qual requer a análise

periódica da carteira e de sua classificação em níveis de riscos, variando de “AA” (risco mínimo) a “H” (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

### **f.2) Provisão para perdas em operações de crédito**

A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 e complementada por provisão adicional conforme descrito na nota 5.

### **f.3) Renegociação**

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As renegociações de operações de crédito, anteriormente baixadas como prejuízo, são classificadas como nível “H”. Os eventuais ganhos provenientes de renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

### **g) Outros Valores e Bens**

Compostos por Bens Não Destinados ao Uso, correspondentes a imóveis ou equipamentos disponíveis para venda, recebidos em dação em pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil do crédito e o valor da avaliação do bem; e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

### **h) Ativo Permanente**

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e/ou construção, ajustado pela depreciação/amortização acumuladas, conforme taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil estimado e prazo de contrato de cessão de uso.

O Ativo Intangível está representado por gastos na aquisição de licenças de uso de softwares para: Gestão de Recursos Humanos, Processamento de Dados e Gestão Financeira, que são amortizados de acordo com o prazo de concessão de uso, conforme contrato de prestação de serviço com as empresas fornecedoras e por gastos com pessoal, alocados na implantação dos respectivos sistemas.

### **i) Demais ativos e passivos**

São demonstrados pelo custo e acréscimos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias incorridas. A classificação em circulante e longo prazo, do Ativo Realizável e do Passivo Exigível, obedece ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Os demais ativos e passivos são apresentados pelos valores de realização ou liquidação na data do balanço.

#### **j) Avaliação do valor recuperável (*Impairment*)**

Os Ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência, se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores em relação ao mercado ou uso. A AgeRio desenvolveu programa de testes de recuperabilidade como determinado pelas normas contábeis vigentes.

#### **k) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)**

A Instituição adota a sistemática de apuração do Imposto de Renda pelo Lucro Real Anual com antecipações mensais por estimativa, utilizando alíquota determinada de 15% e adicional de 10%.

A parcela correspondente à Contribuição Social foi calculada à alíquota de 15% nos termos da legislação fiscal em vigor, tendo como base o Art. 1º, Inciso I, da Instrução Normativa da RFB nº 1591 de 05 de novembro de 2015.

#### **l) Contribuições para o PIS/PASEP e COFINS**

As contribuições para o PIS/PASEP e COFINS foram calculadas à alíquota de 0,65% e 4%, respectivamente, e são apuradas pelo regime cumulativo. Com a publicação da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, as Agências de Fomento passaram a ter o mesmo tratamento tributário dos Bancos de Investimentos.

#### **m) Passivos contingentes**

Os passivos contingentes são avaliados e reconhecidos com base em parecer da Diretoria Jurídica sobre os prováveis riscos de perdas de uma ação judicial ou administrativa. São constituídas provisões de 100% para processos classificados como Perda Provável, cujos valores de perda possam ser determinados ou estimados. Para os processos classificados como de Perda Possível, os quais não requerem constituição de provisão, foi realizada somente divulgação em notas explicativas. Para processos classificados como Perda Remota, não efetuamos provisões ou divulgação. Os valores decorrentes desta prática estão demonstrados na nota 11 – “c2”.

A Instituição segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, emitida pelo Banco Central do Brasil, referente aos procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas. A constituição da provisão para contingências passivas é realizada sempre que a opinião dos assessores jurídicos em relação à perda seja classificada como provável e que haja uma estimativa confiável dos montantes envolvidos. Os passivos contingentes são divulgados em notas explicativas, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação.

#### **NOTA 4 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários apresenta saldo em 30 de junho de 2019 e 2018, conforme quadro abaixo:

<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS</b>	<b>06/2019</b>	<b>06/2018</b>
I – Curto Prazo	87.987	270.489
Cotas de Fundos de Investimentos (i)	1.473	6.719
Letras do Tesouro Nacional	86.498	262.811
LFT – Carteira Própria	-	958
Vinculados à Prestação de Garantias		192
Instrumentos Financeiros Derivativos	16	1
II – Longo Prazo	283.000	119.435
Notas do Tesouro Nacional	190.231	1.623
LFT – Carteira Própria	57.553	91.020
Vinculados à Prestação de Garantias	509	-
Cotas de Fundos em Participações (ii) (iii)	34.707	26.792
<b>Total de Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>370.987</b>	<b>389.925</b>

- (i) As Cotas do Fundo de Investimentos são custodiadas pelo Banco Bradesco. O Fundo exclusivo no Banco Bradesco destina-se exclusivamente aos poderes do Governo do Estado do Rio de Janeiro, suas autarquias e empresas controladas (sociedades de economia mista), sendo a AgeRio um dos cotistas. Esse Fundo acompanha as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários (CDI), composto por cotas de Fundos Referenciados DI, cuja carteira é composta por títulos de emissão do Tesouro Nacional, bem como créditos securitizados pelo Tesouro Nacional ou operações compromissadas lastreadas nesses títulos.
- (ii) As aplicações em cotas de Fundos em Participações, que totalizam R\$ 34.707 em 2019 (R\$ 26.792 em 2018), são investimentos que visam atender o objeto social da AGÊNCIA, sendo mais uma das modalidades de apoio financeiro para as empresas do Estado do Rio de Janeiro. A Instrução nº 578, de 30 de agosto de 2016, emitida pela CMN, consolidou em um único tipo de Fundo (FIP - Fundo de Investimento em Participações) diversas categorias de Fundos anteriormente existentes, vide composição a seguir:

<b>Fundo</b>	<b>Capital Subscrito</b>	<b>Capital Integralizado</b>	<b>Valor Atualizado/Contábil</b>
BBI	R\$ 10.000	R\$ 9.600	R\$ 24.004
Performa Key	R\$ 5.000	R\$ 4.218	R\$ 3.956

NascenTI	R\$ 2.000	R\$ 2.000	R\$ 2.533
Funcine	R\$ 2.000	R\$ 2.000	R\$ 1.266
Br Startups	R\$ 3.000	R\$ 3.000	R\$ 2.618
<b>Total (ii)</b>	<b>R\$ 22.000</b>	<b>R\$ 20.818</b>	<b>R\$ 34.377</b>

(iii) O saldo das Cotas dos Fundos Garantidores de Operações de Créditos, que também compõem este saldo, corresponde a R\$ 330 em 30 de junho de 2019 (R\$ 301 em 2018).

Fundo	Capital Integralizado	Valor Atualizado/Contábil
FGI	R\$ 43	R\$ 74
FGO	R\$ 103	R\$ 256
<b>Total (iii)</b>	<b>R\$ 146</b>	<b>R\$ 330</b>

<b>Total (ii) + Total (iii)</b>	<b>R\$ 34.707</b>
---------------------------------	-------------------

Em 30 de junho a AgeRio possui ativos restritos no montante de R\$ 509 dados como garantia dessas operações classificados a longo prazo (R\$ 192 em 2018 a curto prazo).

## NOTA 5 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Em conformidade com a Res. CMN nº 2.682/99, as operações de crédito da AgeRio são classificadas por meio de avaliação de risco de crédito, com critérios consistentes e verificáveis, que contemplam aspectos em relação ao tomador e a operação.

### a) Classificação das operações de crédito em ordem crescente de risco

Classificação de Risco	Total das Operações Junho/2019	Provisão %	Valor da Provisão Resolução n.º 2682/99	Provisão Adicional	Valor da Provisão Junho/2019 Resolução n.º 2682/99 + Adicional	Total das Operações Junho/2018	Valor da Provisão Junho/2018
AA	-	-	-	-	-	-	-
A	22.962	0,5	115	-	115	9.125	46
B	63.419	1	634	16	650	54.543	583
C	55.272	3	1.658	1.126	2.784	56.849	3.068
D	1.044	10	104	4	108	1.654	177
E	6	30	2	0	2	138	41
F	5.469	50	2.734	5	2.738	18.163	11.291
G	25.924	70	18.147	4.844	22.992	11.895	8.474
H	3.369	100	3.369	0	3.369	4.880	4.881

Classificação de Risco	Total das Operações Junho/2019	Provisão %	Valor da Provisão Resolução n.º 2682/99	Provisão Adicional	Valor da Provisão Junho/2019 Resolução n.º 2682/99 + Adicional	Total das Operações Junho/2018	Valor da Provisão Junho/2018
<b>TOTAL</b>	<b>177.465</b>		<b>26.763</b>	<b>5.995</b>	<b>32.758</b>	<b>157.247</b>	<b>28.561</b>

### b) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Provisão Crédito Liquidação Duvidosa	06/2019	06/2018
Saldo no início do período	32.585	30.825
Constituição da provisão	2.027	1.087
Constituição da provisão adicional	106	116
Reversão de provisão	(1.453)	(1.823)
Créditos baixados para Prejuízo	(507)	(1.644)
<b>Saldo no fim do período</b>	<b>32.758</b>	<b>28.561</b>

A AgeRio efetua a revisão de risco da carteira de crédito semestralmente para adequação do nível de risco e da provisão adicional. Essa medida leva em conta a análise de revisão de risco, o histórico de pagamentos, o nível de concentração dos clientes na carteira de crédito e o prazo das operações.

No 1º semestre de 2019, foi mantida a provisão adicional para perdas com operações de crédito no valor de R\$ 5.995 em conformidade com a Política de Gerenciamento de Risco de Crédito da Instituição.

### c) Classificação das operações de crédito e provisões quanto aos prazos de vencimentos

Curto Prazo	06/2019	06/2018
Setor Privado	<b>44.953</b>	<b>37.688</b>
Recursos Próprios	16.844	19.567
Repasse	28.109	18.121
Setor Público	<b>4.875</b>	<b>4.743</b>
Recursos Próprios	4.676	4.545

Repasse	199	198
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(10.775)	(7.124)
<b>Saldo Final do Período</b>	<b>39.053</b>	<b>35.307</b>

<b>Longo Prazo</b>	<b>06/2019</b>	<b>06/2018</b>
Setor Privado	<b>114.975</b>	<b>99.097</b>
Recursos Próprios	46.712	53.209
Repasse	68.263	45.888
Setor Público	<b>12.662</b>	<b>15.719</b>
Recursos Próprios	12.645	15.506
Repasse	17	213
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(21.983)	(21.437)
<b>Saldo Final do Período</b>	<b>105.654</b>	<b>93.379</b>

**d) Classificação da carteira por vencimento parcelas**

	<b>06/2019</b>	<b>06/2018</b>
<b>Vencidas</b>	<b>2.065</b>	<b>1.756</b>
Até 60 dias	1.036	849
De 60 dias a 180 dias	659	895
Acima de 180 dias	370	12

	<b>06/2019</b>	<b>06/2018</b>
<b>Vincendas</b>	<b>175.400</b>	<b>155.491</b>
Até 180 dias	23.703	21.077
De 181 a 360 dias	24.060	19.598
Acima de 360 dias	127.637	114.816

**e) Classificação das operações de crédito por setor de atividade em 30 de junho de 2019**

Setor de atividade	06/2019	06/2018
Administração pública	17.537	20.463
Alimentos e Bebidas	21.669	18.815
Comércio	24.825	21.390
Construção e Imobiliário	6.742	5.922
Educação, Saúde e outros	18.087	19.295
Máquinas e equipamentos	3.356	5.161
Mineração	3.163	6.299
Químico e Petroquímico	3.843	3.527
Serviços Privados	30.316	20.005
Telecomunicações	16.509	16.622
Outros	31.418	19.748
<b>Total</b>	<b>177.465</b>	<b>157.247</b>

#### NOTA 6 – OUTROS CRÉDITOS

	06/2019	06/2018
Impostos e Contribuições a Compensar	2.954	2.660
Adiantamentos e Antecipações	672	719
Devedores por depósito em garantia	80	70
Diversos	6.114	812
<b>Total</b>	<b>9.820</b>	<b>4.261</b>

#### NOTA 7 – BENS NÃO DE USO PRÓPRIO

	06/2019	06/2018
Bens não de uso próprio	28.729	29.029
<i>Impairment</i> de Bens não de Uso	(6.664)	(6.218)

O valor de R\$ 28.729 mil se refere a imóveis originados de baixa de operações de crédito de curso anormal e de dação em pagamento para liquidação/amortização de dívida e recuperação de prejuízo. Foi realizada avaliação externa dos Bens não de uso em cumprimento às normas do Banco Central do Brasil e contábeis vigentes.

#### NOTA 8 – IMOBILIZADO DE USO

BENS	Taxa de Depreciação	Saldo em 06/2019	Adições	Baixas	Saldo em 06/2018
<b>IMOBILIZADO DE USO</b>		<b>3.821</b>	-	-	<b>4.872</b>
<b>Custo de aquisição</b>		<b>11.815</b>	<b>74</b>	<b>(1)</b>	<b>11.742</b>
Edificações	<b>8%*</b>	8.865	-	-	8.865
Instalações	<b>10%</b>	6	-	-	6
Móveis e Equipamentos	<b>10%</b>	917	42	(1)	876
Sistemas de Comunicação	<b>10%</b>	42	9	-	33
Equip. de Proc. de Dados	<b>20%</b>	1.985	23	-	1.962
<b>Depreciação Acumulada</b>		<b>(7.994)</b>	<b>(1.124)</b>	-	<b>(6.870)</b>

\* Conforme Art. 322 do Regulamento do Imposto de Renda de 2018 – Decreto 9.580/18, Item I, tendo em vista que corresponde ao bem adquirido usado, a taxa de depreciação fixada corresponde à metade da vida útil admissível para o bem adquirido novo.

Em 30 de Junho de 2019, a AgeRio possui cobertura de seguros para os Bens do Ativo Imobilizado em montantes considerados suficientes pela administração, no caso de eventuais riscos e sinistros.

## NOTA 9 – INTANGÍVEL

BENS	Saldo em 06/2019	Adições	Transferência	Saldo em 06/2018
<b>ATIVOS INTANGÍVEIS</b>	<b>8.641</b>	-	-	<b>9.905</b>
<b>Custo de aquisição</b>	<b>14.231</b>	<b>34</b>	-	<b>14.197</b>
<b>Licenças Antes de 01/10/2013</b>				
Licença Uso Software – Informática	126	-	-	126
<b>Licenças A Partir de 01/10/2013</b>				
Licença Uso Software – Temporário (i)	1.313	-	-	1.313
Licença Uso Software – Permanente (ii)	12.780	22	172	12.586
Licença Uso Software – Em Andamento (iii)	-	-	(172)	172
Demais sistemas	12	12	-	-
<b>Amortização Acumulada</b>	<b>(5.590)</b>	<b>(1.298)</b>	-	<b>(4.292)</b>

- (i) A rubrica Intangível “Licença Uso Software – Temporário” é composta pelo custo com a aquisição do software Gestão de Pessoas, por período determinado.
- (ii) A rubrica Intangível “Licença Uso Software – Permanente” é composta pelos custos com a aquisição dos softwares ERP – Gestão e Financeiro, software Gestão do Sistema de Crédito e os custos com a mão-de-obra interna utilizada para o desenvolvimento e colocação desses softwares em produção. A implantação foi iniciada ao longo do exercício de 2015 e concluída em 2017, ficando, tão somente, pendente de implantação o item (iii). O item (iii) foi implantado no 1º semestre/2019. Os softwares estão sendo amortizados pelo prazo de vida útil de 10 anos, conforme estudo técnico realizado pela área de tecnologia.
- (iii) A rubrica Intangível “Licença Uso Software – Em Andamento” é composta pelo custo com a aquisição de parte do software Gestão do Sistema de Crédito, pendente de homologação.

## NOTA 10 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

### a) As obrigações por empréstimos e repasses estão compostas da seguinte forma

	06/2019	06/2018
<b>CURTO PRAZO</b>	<b>20.220</b>	<b>21.443</b>
BNDES	8.135	9.598
Finame	2.187	3.684
FINEP	9.898	8.161
<b>LONGO PRAZO</b>	<b>42.165</b>	<b>48.852</b>
BNDES	8.118	16.017
Finame	2.156	4.341
FINEP	31.891	28.494

As obrigações por empréstimos e repasses são compostas basicamente de recursos captados nas instituições oficiais - BNDES, FINAME e FINEP.

A taxa média de juros aplicada nas operações é de 0,6%, acrescida das variações dos indexadores como TJLP, SELIC, CEI e Cesta de Moeda.

### b) Composição das obrigações por empréstimos e repasses por data de vencimento

	06/2019	06/2018
Até 180 dias	10.444	11.534
De 181 a 360 dias	9.777	9.909
Acima de 360 dias	42.164	48.852
<b>Vincendas</b>	<b>62.385</b>	<b>70.295</b>

## NOTA 11 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

### a) Sociais e Estatutárias

Dividendos e JCP	06/2019	06/2018
JCP - Governo do Estado do RJ (i)	2.700	10.000
<b>Total</b>	<b>2.700</b>	<b>10.000</b>

- (i) Os Juros Remuneratórios do Capital Próprio são calculados e provisionados com observância dos procedimentos fundamentados no artigo nº 355 do RIR/2018, nos artigos nºs 29 e 30 da IN SRF nº 11/1996 e nos artigos nºs 75 e 76 da IN RFB nº 1.700/2017.

### b) Fiscais e previdenciárias

	06/2019	06/2018
Impostos e Contribuições a recolher sobre faturamento	216	238
Impostos e Contribuições s/ Lucro (IRPJ + CSLL)	4.290	2.986
Impostos e Contribuições s/ serviço de terceiros	14	31
Impostos e Contribuições s/ salários	962	886
<b>Total</b>	<b>5.482</b>	<b>4.141</b>

### c) Diversas

#### c.1) Provisões Para Pagamentos a Efetuar

	06/2019	06/2018
Provisão Para Despesas de Pessoal	4.453	4.517
Outras Despesas Administrativas	50	189
Outros Pagamentos	44	48
<b>Total</b>	<b>4.547</b>	<b>4.754</b>

#### c.2) Provisão Para Passivos Contingentes

	06/2019	06/2018
FGI – Honra recebida	124	146
Passivos Trabalhistas	186	145
Contingências Cíveis	-	5
<b>Total</b>	<b>310</b>	<b>296</b>

A provisão para o FGI representa o valor das honras recebidas do referido fundo garantidor para cobertura de perdas com operações de crédito. O valor deve permanecer

provisionado até que se esgotem todas as medidas administrativas e judiciais de cobrança.

A necessidade de Provisão de Contingências de natureza trabalhistas de R\$ 186 em 06/2019 foi avaliada conforme premissas estabelecidas sobre eventuais perdas com ações judiciais classificadas como perdas prováveis, com base na metodologia interna da Diretoria Jurídica da AgeRio.

A AgeRio configura em processos classificados como de Perda Possível, na esfera trabalhista e civil e, tendo em vista o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, homologado pela Resolução nº 3.823/09, a AgeRio estima o montante de R\$ 2.946. No exercício de 06/2018, o valor estimado era de R\$ 3.180.

### c.3) Credores Diversos no País

	06/2019	06/2018
Recursos do FEMPO	5	18
Repasses - FUNDES / FREMF	6.044	4.326
Diversos	1.469	739
<b>Total</b>	<b>7.508</b>	<b>5.073</b>

<b>Total Diversas</b>	<b>12.375</b>	<b>10.133</b>
-----------------------	---------------	---------------

Os valores registrados na rubrica de Credores Diversos no País, referem-se quase que na sua totalidade aos montantes recebidos pela AgeRio de financiados do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social – FUNDES para posterior repasse ao respectivo fundo e para os Fundos de Recuperação dos Municípios Fluminenses – FREMF e o Estadual de Fomento ao Microcrédito Produtivo Orientado para Empreendedores – FEMPO. Na composição dessa rubrica são registrados também os recursos recebidos pela AgeRio para posterior repasse.

## NOTA 12 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital Social

Em 30 de junho de 2019, o capital social é de R\$ 468.949 (quatrocentos e sessenta e oito milhões e novecentos e quarenta e nove mil reais)(R\$ 453.101 em 2018), representado por ações ordinárias nominativas, assim distribuídas:

Estado do Rio de Janeiro	170.866.736
Companhia Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro	13.653
<b>Total</b>	<b>170.880.389</b>

Abaixo demonstramos a evolução do Capital Social:

Descrição	Valor (R\$ MIL)
Capital Social no início do semestre	468.949
<b>Total do Capital Social em 30 de junho de 2019</b>	<b>468.949</b>

#### b) Reserva de Lucros

A Reserva Legal é constituída no percentual 5% do lucro líquido e limitada a 20% do valor do capital social. As outras Reservas de Lucros representam os lucros remanescentes após a constituição da reserva legal e são utilizadas para aumento de capital conforme deliberação dos acionistas.

### NOTA 13 – DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

#### a) Receita com a Intermediação Financeira

	06/2019	06/2018
Receita com Operações de Crédito	7.370	7.186
Receita com Títulos Públicos Federais	10.469	10.978
Receita com Fundos de Investimentos Renda Fixa	229	250
Resultado com Fundos em Empresas e Participações	7.649	968
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	31	5
<b>Total</b>	<b>25.748</b>	<b>19.387</b>

#### b) Receita com a Prestação de Serviços

	06/2019	06/2018
Receita com a Administração de Fundos Estaduais	6.215	6.286
Receita com Tarifas	910	351
<b>Total</b>	<b>7.125</b>	<b>6.637</b>

#### c) Despesa de Pessoal

	06/2019	06/2018
Proventos	8.343	7.684
Encargos Sociais	2.851	2.653
Honorários de diretores e conselheiros	846	801
Benefícios	2.403	2.064
Treinamentos	63	39
Estagiários	225	182
<b>Total</b>	<b>14.731</b>	<b>13.423</b>

#### d) Outras Despesas Administrativas

	06/2019	06/2018
Despesa de Energia Elétrica	92	111
Despesa de Aluguéis	18	80
Despesa de Comunicação	100	69
Despesa de Manutenção e Cons. Bens	125	146
Despesa com Materiais	29	29
Despesa Processamento de Dados	983	1.033
Despesa Promoções e Relações	26	3
Despesa de Propaganda e Publicações	65	36
Despesa de Seguros	40	41
Despesa Serviços do Sistema Financeiro	55	34
Despesa com Serviço de Terceiros	408	223
Despesa Serviço de Vigilância	38	75
Despesa Serviço Técnico Especializado	69	35
Despesa de Transporte	69	116
Despesa com Viagens	56	38
Outras Despesas Administrativas	761	614
Despesa com Depreciação e Amortização	1.217	1.212
<b>Total</b>	<b>4.151</b>	<b>3.895</b>

#### e) Despesas Tributárias

	06/2019	06/2018
ISS	170	143
COFINS	1.246	1.066
PIS	202	174
Outros Impostos e Taxas	76	65
<b>Total</b>	<b>1.694</b>	<b>1.448</b>

#### NOTA 14 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Com base no histórico de operação da AgeRio, não foram constituídos créditos tributários oriundos de diferenças temporais e de prejuízos fiscais. Os créditos tributários e os impostos diferidos sobre eventos temporários não foram reconhecidos contabilmente nas demonstrações contábeis da AgeRio uma vez que ainda não foram estabelecidas projeções de resultados futuros que atendam a todos os requisitos da legislação em vigor (Resolução CMN nº 3.059) e que demonstrem a realização futura destes.

#### NOTA 15 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	06/2019		06/2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL

Resultado antes da tributação e participação dos empregados	9.820	9.820	8.339	8.339
(+) Adições	1.296	1.296	532	532
(-) Exclusões	(152)	(152)	(2.064)	(2.064)
Lucro Líquido Ajustado	10.964	10.964	6.807	6.807
IR - 25% e CSLL - 15% (2019)	2.645	1.645	1.625	1.361
Taxa efetiva	26,93%	16,75%	19,49%	16,32%
<b>Total IR e CSLL</b>	<b>4.290</b>		<b>2.986</b>	

## NOTA 16 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações em mercados de derivativos foram utilizadas pelo Fundo de Investimento Caixa AgeRio Renda Fixa com o objetivo adequar sua carteira à política de investimento do mesmo, até o limite das posições detidas à vista.

## NOTA 17 – SEGUROS

SEGURO	VIGÊNCIA	VALOR MÁXIMO DE COBERTURA (R\$ Mil)
Bens patrimoniais móveis e imóveis	25/02/2019 a 25/02/2020	6.200
Responsabilidade civil dos Executivos	17/04/2019 a 17/04/2020	15.000

Em 30 de junho de 2019, a AgeRio mantinha apólices de seguro para cobertura dos Bens do Ativo Fixo em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos.

## NOTA 18 – LIMITES OPERACIONAIS

A parcela relativa às exposições ao risco de crédito é calculada de acordo com a Abordagem Padronizada do Banco Central do Brasil, em conformidade com a Circular nº 3.644/13. A exposição ao risco operacional é calculada de acordo com abordagem do indicador básico, conforme Circular nº 3.640/2013.

A AGERIO não possui operações em carteira de negociação e monitora as exposições referentes ao risco de mercado (parcela RWAMPAD) por meio de abordagem padronizada.

A metodologia utilizada para cálculo do risco da variação de taxas de juros de operações da carteira de não negociação (RBAN) é o VaR paramétrico, com 95% de segurança e intervalo para um dia.

Os valores referentes à alocação de capital para as exposições a risco da AGERIO se encontram devidamente enquadrados nos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente, conforme tabela a seguir.

	06/2019	06/2018
Patrimônio de Referência (PR)	468.981	456.477

Capital Destacado para Operações com o Setor Público	44.535	44.535
PR para Limite de Compatibilização com o RWA	424.446	411.942
RWA - Ativos Ponderados pelo Risco	341.273	594.748
- RWA <sub>CPAD</sub>	217.797	461.570
- RWA <sub>OPAD</sub>	123.476	133.178
- RWA <sub>MPAD</sub>	-	-
RBAN	154	627
Limite para Imobilização (LI)	212.223	205.971
Situação para Limite de Imobilização	3.820	4.872
Índice de Imobilização (II)	0,90%	1,18%
Índice de Basileia (IB)	124,37%	69,26%

## NOTA 19 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O gerenciamento de riscos da AGERIO abrange os riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, além da gestão do capital da instituição, em observância às exigências do Banco Central do Brasil. A estrutura de gerenciamento de riscos da AGERIO é compatível com a natureza e complexidade das operações e produtos oferecidos.

A AGERIO possui políticas para o gerenciamento de cada categoria de risco, que definem um conjunto de princípios e diretrizes, a fim de manter as exposições em níveis suficientes e adequados estabelecidos pela instituição e alinhados à sua estratégia de capital.

### a) Risco de Crédito

O risco de crédito está associado, principalmente, à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

O gerenciamento do risco de crédito compreende a avaliação de risco de crédito das operações e o monitoramento da carteira de crédito da instituição.

### b) Risco de Mercado

A AGERIO não possui operações classificadas na carteira de negociação. As operações da AGERIO expostas ao risco de mercado estão classificadas na carteira de não negociação, tendo como característica principal a intenção de manter tais operações até o vencimento.

### c) Risco de Liquidez

O risco de liquidez está associado à possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações, bem como a possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição.

### d) Risco Operacional

O risco operacional está associado à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, inclusive o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição.

Os conhecimentos sobre risco operacional são disseminados na AGERIO, de forma a estimular a participação de todos os empregados na identificação e reporte das exposições e eventos de risco identificados no desenvolvimento de suas atividades, contribuindo para o fortalecimento da cultura de gestão do risco operacional.

#### **e) Gerenciamento de Capital**

O gerenciamento de capital é um processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, de avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita, e de planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

#### **NOTA 20 – POLÍTICA DE PREVENÇÃO A LAVAGEM DE DINHEIRO E OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES**

A AgeRio possui políticas de atuação, normas e procedimentos operacionais que norteiam as ações da AgeRio a fim de prevenir e evitar que a instituição seja utilizada como instrumento para prática de lavagem de dinheiro e/ou ocultação de bens, direitos e valores.

As ações de prevenção e combate à lavagem de dinheiro são apoiadas e acompanhadas pela Alta Administração da AgeRio, que avalia os procedimentos adotados pela unidade responsável pelo controle interno e *compliance*.

A AgeRio possui um Portal de Prevenção à PLD em sua rede corporativa, disponibilizando a todos os empregados os principais normativos internos estratégicos e operacionais sobre prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, bem como legislação de entidades regulatórias e de controle.

A AgeRio promove treinamentos, capacitações e certificações sobre prevenção à lavagem de dinheiro, contribuindo para a manutenção da cultura de controle da instituição.

#### **NOTA 21 – PARTES RELACIONADAS**

O Governo do Estado do Rio de Janeiro: Acionista majoritário conforme explanado na nota explicativa número 12.

Companhia Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro – CODIN: Acionista minoritário conforme explanado na nota explicativa número 12.

A remuneração com os administradores no semestre, formado pelo Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal, incluindo os respectivos encargos sociais, totalizou a importância de R\$ 940 (R\$ 977 em 2018).

#### **NOTA 22 – PRESSUPOSTO DE CONTINUIDADE**

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base na Continuidade Operacional (NBC TA 570) validando a capacidade da AgeRio em continuar em operação, levando em consideração toda a informação disponível sobre o futuro.

Confirmamos que não temos conhecimento de incertezas significativas relacionadas com eventos ou condições que possam gerar dúvidas sobre a capacidade de a Empresa continuar em operação.

**Tatiane Dutra Rosa Peres**  
Contadora – CRC/RJ 095.058/O-8  
CPF: 086.192.197-66

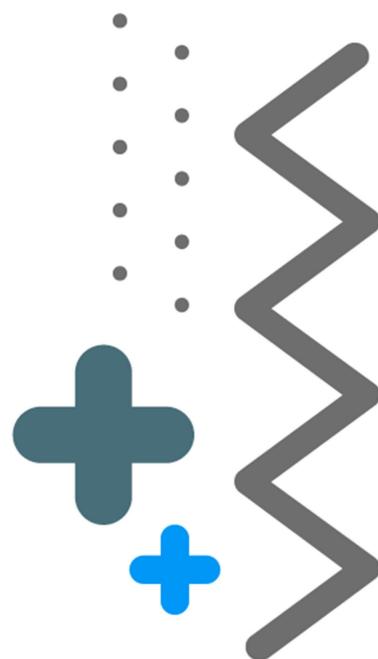
**Valquíria Xavier Delmondes**  
Diretora de Controladoria e Risco

**Alexandre Rodrigues Pereira**  
Presidente

# RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA (RE COAUD 03/2019) 1º semestre de 2019



[www.agerio.com.br](http://www.agerio.com.br)



**1 INTRODUÇÃO: 1.1 Constituição e Regulamentação do Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. – AgeRio foi instituído em atendimento à Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, ao Decreto Estadual nº 46.188, de 06 de dezembro de 2017, e à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.198, de 27 de maio de 2004, e segue as disposições contidas no Estatuto Social da AGÊNCIA e Regimento Interno do colegiado. **1.2 Principais atribuições do Comitê de Auditoria:** Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração no que se refere ao exercício das suas funções de auditoria e de fiscalização, de modo a avaliar as práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras/contábeis, as atividades de auditorias interna e independente e controle interno, a eficácia do sistema de controle interno e de gerenciamento de risco, assim como o cumprimento das recomendações formuladas pelos órgãos de controle interno e externo. **1.3 Composição:** Conforme disposto no art. 35 do Estatuto Social da AGÊNCIA, o Comitê de Auditoria, com funcionamento permanente e funções indelegáveis, é composto por 3 (três) membros, em sua maioria independentes, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, não coincidente para cada membro, permitida uma reeleição. Atualmente, o comitê é composto pelos seguintes membros: Sr. Flavio Correia Santos e sendo presidido pela Sra. Carla Christina Fernandes Pinheiro, sendo também membro do Conselho de Administração da AGÊNCIA. Todos exercendo o primeiro mandato e com experiência profissional e/ou formação acadêmica compatível com o cargo. **1.4 O entendimento do Banco Central do Brasil:** O Banco Central do Brasil, tendo como base normativa a Resolução CMN nº 4.280/2016, a Circular nº 3.701/2014 e sua interpretação das citadas normas, dispõe do entendimento que a AGÊNCIA, por ser cotista exclusiva do Fundo de Investimento Caixa AgeRio Renda Fixa, está obrigada a elaborar demonstrações contábeis consolidadas com o referido Fundo de Investimento. O presente caso, ora analisado, trata a respeito, especificamente, das Demonstrações Contábeis do 1º semestre de 2019 consolidadas com o Fundo de Investimento Caixa AgeRio Renda Fixa. **2 AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL:** As práticas utilizadas na elaboração das Demonstrações Contábeis consolidadas ocorreram em conformidade com a legislação societária aplicável e com as normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil. Por fim, não foi verificada a existência de divergência entre a Administração da AGÊNCIA, os auditores independentes e este Comitê de Auditoria em relação às Demonstrações Contábeis consolidadas apresentadas. **3 CONCLUSÕES:** O Comitê de Auditoria não tem nada a opor à aprovação das Demonstrações Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial referentes ao 1º semestre de 2019, com o consequente encaminhamento ao Conselho de Administração da AGÊNCIA.

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 2019.

**COMITÊ DE AUDITORIA:** Carla Christina Fernandes Pinheiro (Presidente) – Flavio Correia Santos (Membro).